02.02.2026 – ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO DE 2026

Senhoras e Senhores,

Aqui venho respeitosamente para trazer a mensagem do Poder Judiciário para o ano de 2026. Reafirmo nesta solenidade de Abertura do Ano Legislativo que nada simboliza melhor a democracia do que o regular funcionamento desta Casa. A diversidade de posições, interesses e bandeiras que caracteriza este espaço representativo imprescindível é a própria essência da democracia.

A vida em democracia é desafiadora, e é bom que assim seja. Diferentes valores podem ser acomodados e conviver em paz, desde que estejam sempre em consonância com o que determina a Constituição. Temos o dever de honrar e respeitar a vocação do Parlamento, e a sua capacidade de resolver os conflitos políticos do país.

Eis, portanto, o nosso compromisso: cultivar e promover a independência e a harmonia entre os Poderes, com a devida deferência a esta Casa como a legítima representante das aspirações do povo brasileiro.

Senhor Presidente Davi Alcolumbre, Senhor Presidente Hugo Motta,

O ano de 2026 será de muito trabalho, e o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça estão preparados e atentos às questões de grande relevância que baterão à porta do Poder Judiciário ao longo dos próximos meses. Contamos e agradecemos o diálogo profícuo que temos mantido, e esperamos continuar nesse caminho de semear e colher bons frutos para a cidadania brasileira.

Cito, apenas a título de exemplo, alguns temas que são e continuarão a ser objeto de nossos esforços e preocupações: a redução da litigiosidade, com foco inicial em Previdência, a automação da Execução Fiscal, e a indução ao maior uso de precedentes pelas instâncias inferiores, no âmbito de um contexto ampliado de promoção da pacificação e da solução extrajudicial de demandas.

Em relação à judicialização da saúde, continuaremos a promover ações voltadas à qualificação da tomada de decisão, que se iniciou com a elaboração do Guia sobre o cumprimento dos Temas 6 e 1.234 da Repercussão Geral. Avançaremos, em 2026, com a aplicação de nossa base de dados à saúde suplementar, e construiremos um fluxo de cumprimento mais ágil.

Também daremos continuidade a ações que visam a endereçar os processos que tratam de crimes dolosos contra a vida, com especial atenção aos casos de feminicídio, infelizmente uma das maiores chagas sociais de nosso país. Ao mesmo tempo, também temos estimulado e apoiado, nos estados, mutirões para julgamento de questões raciais.

Na segurança pública e, em especial, no enfrentamento da criminalidade organizada, vamos prosseguir com o Programa Pena Justa e estamos estruturando um esforço de diagnóstico e coordenação nacional da justiça criminal, que será consolidado no Mapa Nacional do Crime Organizado.

Menciono ainda que, no ano de 2025, o Supremo Tribunal Federal recebeu 85.201 processos, distribuídos. Foram proferidas 116.170 decisões, tanto em processos originários quanto em feitos recursais. O acervo atual contabiliza 20.315 processos em tramitação. É o menor acervo dos últimos 31 anos.

Ao longo do ano passado, julgamentos de 51 recursos com repercussão geral tiveram impacto em mais de 220 mil processos, em todo o país, que estavam suspensos em outras instâncias aguardando a resolução das matérias.

Estas são apenas algumas das ações e projetos iniciados e realizados pelo Supremo e pelo CNJ ao longo de 2025, com os quais continuaremos comprometidos neste ano de 2026. Esse detalhamento se encontra no relatório das atividades que será entregue a Vossas Excelências, a quem, mais uma vez, agradeço pela zelosa atenção dispensada, pela abertura ao diálogo respeitoso e republicano, e pelo trabalho que desempenham em favor da democracia.

É tempo de defender as instituições e o diálogo republicano para o bem do País. Defender a institucionalidade é afirmar que a democracia só se sustenta quando as instituições são estáveis, éticas, previsíveis e respeitadas; quando seus membros se submetem às mesmas regras que exigem dos demais; e quando a Constituição permanece acima de qualquer vontade pessoal, política ou circunstancial. Os Poderes da República, em diálogo harmônico, dentro da independência respectiva, tem muito a contribuir para um País mais justo, livre e solidário.

Que o ano que se inicia seja exitoso e que possamos continuar a trabalhar juntos, de forma republicana e harmoniosa, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.